



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1630-1640, ago./dez. 2016

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

SEÇÃO ENTREVISTA

SABERES E EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA DO CAMPO

ILMA FERREIRA MACHADO

A proposição desta edição da **Revista Eventos Pedagógicos** apresenta a discussão acerca da educação do campo, “pois as coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis: Elas desejam ser olhadas de azul - Que nem criança que você olha de ave. Um olhar de ave, um olhar de azul é um simples olhar com mais atenção”¹. Assim, compartilhamos com os leitores e as leitoras a entrevista com a professora Ilma Ferreira Machado da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso com Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Sua exemplar trajetória profissional na Educação Superior inclui papéis como professora do Curso de Pedagogia Para Educadores do Campo da UNEMAT/Sinop, do Curso de Pedagogia e de Mestrado em Educação da UNEMAT/Cáceres e como Reitora da instituição. Com dedicação e militância pelas causas dos Movimentos Sociais, coordena o Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento e Fortalecimento Científico-Tecnológico da Juventude Camponesa do Ensino Médio da Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes - Mirassol Do Oeste – MT” e o Projeto de Extensão “Educação do Campo: currículo, formação de professores, docência e pedagogia da alternância”. No intuito de contribuir, dada a vasta experiência em educação, atua como membro do Conselho Editorial da **Revista da Faculdade de Educação/UNEMAT**. Seus estudos também abordam os temas: projeto político pedagógico; avaliação-ensino, avaliação processual; organização do trabalho pedagógico, educação do campo, educação e trabalho coletivo e a educação dos

¹ BARROS, Manoel de. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

trabalhadores rurais. Com alegria, agradecemos pela oportunidade em entrevistá-la, ressaltando que aceitou prontamente o desafio de apresentar e discutir acerca de suas percepções e evidenciar os avanços e necessidades educacionais das populações que vivem, trabalham e estudam no meio rural. Nesta entrevista, a professora Ilma enfatizou que a atual conjuntura política e educacional brasileira se apresenta de forma obscura no que se refere à garantia dos direitos constitucionais. No entanto, faz-se necessária a participação dos educadores em mobilizações políticas locais e nacionais que visem a defesa dos direitos sociais e do serviço público e o importante papel da universidade neste contexto.

Compartilhamos as impressões que a renomada professora apresenta e destacamos sua luta pelo acesso à educação pública, de qualidade, como direito de todos.

Ivone Cella da Silva

1 – Ivone Cella da Silva: Em sua trajetória acadêmica e profissional, como as discussões acerca dos movimentos sociais - educação do campo - passaram a compor seus estudos/pesquisas e discussões?

Ilma Ferreira Machado: Cursei Pedagogia, na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), no final da década de 1980, um período de grande efervescência política - luta por eleições diretas, tanto para Presidente do Brasil, quanto para a reitoria da Universidade, constituição do Partido dos Trabalhadores (PT), surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), intensificação do movimento docente em Mato Grosso (MT), via Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP), e do movimento estudantil, etc. Na condição de estudante integrei o Centro Acadêmico de Pedagogia e o Colegiado do Curso. Participei, também, de diversos movimentos políticos em defesa do serviço público e por direitos políticos e sociais - foram muitos acampamentos no prédio da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), muitos passeatas e greves. No Curso de Pedagogia havia professores engajados politicamente, que compartilhavam com os estudantes o sentimento de justiça, igualdade e democracia, e que manifestavam o ato pedagógico, como ato político (na linha do pensamento freireano). Quando houve o primeiro acampamento do MST em MT, no pátio da Igreja do Rosário, o

Professor Eudson de Castro Ferreira (da disciplina Sociologia), organizou uma atividade pedagógica com as pessoas acampadas. Esse foi meu primeiro contato com o MST, com o qual passei a nutrir grande simpatia, por reconhecer a relevância social e política da luta empreendida pelos trabalhadores rurais, com uma pauta que extrapola a luta pela terra, ampliando-a para educação, saúde, etc. Posteriormente, quando eu estava na administração da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), na condição de gestora, fui interpelada pelos trabalhadores sem terra no sentido de desenvolver ações voltadas à formação dos educadores do campo. Dessa articulação nasceu o primeiro curso de Pedagogia da Terra, quase no mesmo período em que a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) abriu, também, um curso dessa natureza. Na condição de professora da UNEMAT, fui convidada diversas vezes a contribuir em cursos de formação continuada de educadores em alguns assentamentos vinculados ao MST. Porém, o começo da pesquisa sobre a temática “educação do campo/trabalhadores rurais” se deu no curso de doutorado, no começo da década de 2000, quando realizei estudo de um ano, no Assentamento Nova Conquista, em Cáceres, que resultou na tese de doutorado intitulada **Organização do trabalho Pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. Após esse período, tenho pesquisado sempre temáticas voltadas para o campo e a educação do campo, e nessas pesquisas tenho aprendido muito sobre a lógica de trabalho e educação dos sujeitos do campo, que tem sua especificidade, porém não é antagônica aos modos de vida e educação dos demais trabalhadores. Sinto que na condição de pesquisadores, problematizamos o campo ao mesmo tempo em que somos questionados por ele... sobre nosso *modus vivendi* e sobre as possibilidades de transformação social, cultural e econômica...

2 – Ivone Cella da Silva: No contexto dos movimentos sociais como a educação do campo vem sendo pensada no Brasil e, mais especificamente, no Estado de Mato Grosso?

Ilma Ferreira Machado: Há uma diversidade de movimentos sociais populares do campo (me apropriando, aqui, do conceito cunhado pela Professora Marlene Ribeiro, no sentido de caracterizar os movimentos classistas, ou vinculados aos trabalhadores), e muitos destes se articulam em torno da Via Campesina, numa

tentativa de estabelecer pautas e ações comuns, de modo a não fragmentar a luta. Os movimentos sociais do campo construíram uma organização política fortíssima nos últimos tempos, empreendendo uma luta que pode ser caracterizada por duas grandes amplas frentes: derrubar as cercas do latifúndio e do conhecimento (parafraseando, aqui, Dom Pedro Casaldáliga). Tal proposição dá a dimensão do tamanho da luta a ser realizada no sentido de reduzir/superar as desigualdades sociais em nosso país: há uma desigualdade estrutural na sociedade em que vivemos, que é marcada pela concentração dos meios de produção e da renda nas mãos de poucas pessoas, enquanto milhões de famílias trabalhadoras vendem sua força de trabalho e o fazem sob condições precarizadas, desumanas, em que pesem os avanços obtidos nos últimos anos, isso não muda o fato de que o fazem em condição de trabalho explorado, alienado. Essa precarização estende-se para as áreas da educação e é coerente com a lógica do capital, de instruir os trabalhadores apenas tecnicamente para que cumpram as tarefas na produção, segundo interesses do mercado. A proposta da educação do campo protagonizada pelos movimentos sociais, contrapõe-se a essa lógica e postula uma formação ampla, que alie as dimensões técnicas e políticas, instrução (no sentido do domínio dos saberes específicos de cada área de conhecimento) e educação (no sentido da formação de valores e atitudes, de visão de mundo); uma educação que articule saber da experiência e saber científico; uma educação que não se esgota na escola, mas que se articula com a vida nas comunidades rurais, que ajude a pensar nos problemas socioeconômicos dessas comunidades e a projetar soluções e esperanças de vida digna. Enfim, uma educação do campo que vise a formação do novo homem e da nova mulher (como diz Moisey Mikhaylovich Pistrak) para uma sociedade constituída na base da igualdade e solidariedade entre as pessoas, do trabalho associado e da autogestão. A partir da articulação nacional por uma educação do campo - constituída no final dos anos de 1990, muitas conquistas ocorreram em termos de reconhecimento legal e conceitual da educação do campo. A forte organização e cobrança dos movimentos sociais populares do campo, e a definição de políticas e programas para o campo, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) – nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, convergiram no sentido de espalhar pelo Brasil as propostas de educação do campo. Em meio a muitas contradições e desafios (não

há espaço para citá-las neste momento), estas propostas vinham sendo discutidas e, muitas delas, encaminhadas. Face ao histórico de esquecimento vivido por essa área e do muito que ainda há para se fazer, fica a sensação de que caminhamos muito pouco... O Estado de Mato Grosso, desde o início acompanhou a agenda nacional da educação do campo, tanto que foi palco do segundo seminário nacional da área, instituiu a coordenadoria estadual de educação do campo e, também, o Comitê Interinstitucional de Educação do Campo, no Governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que está à frente da gestão de MT, a educação do campo não tem recebido a devida atenção e a discussão sobre as diversidades tem sido bastante fragilizada. Há que se reconhecer que a discussão dessa temática não foi encampada da mesma forma em todos os lugares de MT. Em muitos casos, a educação do campo está a depender do projeto político assumido pelos municípios, que minimizam essa questão e deixam de traçar metas e ações voltadas para as escolas do campo; outro fator a ser considerado é que nas localidades em que os Movimentos Sociais do Campo são mais organizados, há maior pressão sobre o poder público e, portanto, mais conquistas efetivadas. Por fim, é bom lembrar que esta é uma área relativamente nova e em disputa no cenário brasileiro, o que exige esforços redobrados e resistências para fortalecê-la. Precisamos intensificar as ações nesse sentido.

3 – Ivone Cella da Silva: Qual sua concepção sobre o papel da universidade na formação dos professores para as escolas do campo?

Ilma Ferreira Machado: A Universidade cumpre uma função social relevante quando não fecha os olhos às demandas sociais e contribui para qualificar as atividades humanas nos diferentes espaços em que elas ocorrem, contribuindo ao mesmo tempo para a transformação da realidade. Desse modo, a formação de professores para escolas do campo e, também, uma tarefa a ser assumida pela universidade - como vem ocorrendo a partir da implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) em 1997 e, de modo mais específico, a partir do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) em 2009, substituído pelo Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) em 2012. Todas essas ações são respaldadas pelo Decreto Federal nº 7.352/2010, que instituiu a política nacional de educação do campo.

Inicialmente os cursos de licenciatura em educação do campo foram ofertados com o caráter de turmas especiais, porém, hoje, existem diversos cursos regulares de licenciatura em educação do campo, por exemplo, na Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), etc. É importante que a formatação dos cursos de formação de professores do campo seja feita com a participação dos movimentos sociais populares do campo, no sentido de resguardar a concepção formativa requerida para a realidade do campo e, também, de compartilhamento de responsabilidades e experiências socioeducativas, que permitem que o contexto da academia e do campo conversem e se enriqueçam mutuamente.

4 – Ivone Cella da Silva: Há um movimento de fechamento e ou nucleação das escolas do campo, com isso podemos constatar o crescimento do transporte escolar. Essa realidade trouxe/traz como consequência o abandono do campo por parte significativa dos jovens. Estes aspectos relacionam-se a que projeto de campo? Há outra possibilidade de projetos que possam contribuir com a população camponesa?

Ilma Ferreira Machado: Os dados são espantosos! Segundo dados do MST, mais de 37 mil unidades encerraram as atividades nos últimos 15 anos, o que dá uma média de oito escolas rurais fechadas por dia no país. Parece paradoxal que quase no mesmo período em que proliferaram programas e ações para o campo e educação do campo, nos deparemos com índices de fechamento tão elevados! Tal situação remete a pensar que o fato de não se ter mexido na estrutura fundiária do país e realizado uma reforma agrária efetiva, fez com que se mantivesse elevada concentração da posse de terras e se fortalecesse a lógica do agronegócio, o que ‘empurra’ o trabalhador rural, o camponês para fora do campo ou isola as famílias em algumas pequenas propriedades. O esvaziamento do campo (questão tão bem discutida por Odimar João Peripolli) condena ao fechamento das escolas, uma vez que ao se reduzir o número de famílias no campo, o poder público recusa-se a manter uma escola funcionando com poucos alunos, que passam a ser deslocados para cidade, usando-se o transporte escolar. A nucleação ou polarização das escolas do campo promove o transporte intracampo, que também, tem se mostrado danoso às crianças e jovens, pelo desgaste e sofrimento causado pelas longas

horas de deslocamento, em ônibus que nem sempre apresentam boas condições de funcionamento e, por vezes, colocam em risco a vida dos estudantes transportados. A lógica que permeia essa prática é do campo, como espaço do agronegócio (cheio de soja ou boi, e sem gente) e a lógica da educação como serviço (como discute Moacir Gadotti), por conseguinte, como mercadoria, e não a lógica da educação como direito, conforme defendem os movimentos sociais do campo e autores como Mônica Castagna Molina, Miguel Arroyo e Roseli Salette Caldart. O enfrentamento a essa situação passa pela definição de um projeto de campo pautado na valorização da agricultura familiar e camponesa e nas relações solidárias entre as pessoas, como espaço de produção e reprodução da vida e de convivialidade. Esse projeto diz respeito a um projeto de sociedade frontalmente contrário à sociedade capitalista. Nesse sentido, é válido dizer que pensar um novo projeto de campo implica pensar/construir um novo projeto de sociedade, principalmente, quando temos presente as interfaces e proximidades entre campo e cidade.

5 – Ivone Cella da Silva: A construção do currículo para as escolas do campo ainda é um desafio. Como o currículo pode contribuir para que a escola atenda às especificidades do campo?

Ilma Ferreira Machado: O Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas do campo é um dos principais instrumentos políticos da comunidade escolar, pois, é nele que se estabelecem a concepção e os objetivos de formação - formar para que e para qual tipo de sociedade. E, se a responsabilidade pela formação é assumida como tarefa coletiva, não cabe apenas à equipe pedagógica a tarefa de construção do PPP, e sim a todos os educadores e demais segmentos da comunidade escolar. A luta para se consolidar uma educação apropriada ao contexto do campo passa necessariamente pela mudança na organização do trabalho pedagógico, no âmbito da escola como um todo e da sala de aula e do trabalho de cada educador. Não basta o simples acesso ao saber sistematizado, se este é alheio à realidade local e à identidade dos sujeitos do campo. Assim, cabe questionar o que é o conhecimento e quais conhecimentos são necessários à formação dos sujeitos do campo. A escola não consegue responder a esse questionamento apenas no plano abstrato, por isso, faz-se importante realizar o diagnóstico da realidade da escola (potencialidades, problemas e características socioeconômicas, culturais, etc.) que ajudará a definir os

rumos a seguir. Nesse ponto, o currículo ganha peso porque é nele que serão incorporados os conhecimentos e as práticas pedagógicas que serão objeto da ação da escola. O currículo está articulado com a totalidade das ações educativas da escola, não é algo que se faz e que acontece a parte, como se o ensino tivesse apenas uma dimensão técnica e não política. Como diz Sacristán, o currículo é práxis, é modulado pelos sujeitos do fazer pedagógico e sofre influências de fatores internos e externos à escola. O sentido do conhecimento é possibilitar a problematização e compreensão da realidade do campo e, ao mesmo tempo, indicar formas de intervir nessa realidade com vistas a melhorá-la. Cabe considerar como princípios básicos do currículo da escola do campo, a relação trabalho e educação, escola e vida, escola e cultura, a auto-organização dos estudantes e educadores e o conhecimento da atualidade (Pistrak). A partir dessa concepção, o currículo da escola do campo precisa definir quais são as grandes questões ou temáticas da realidade local que demandam estudo e intervenção, e estruturar as áreas e os níveis de ensino, estabelecendo conexão entre conteúdos escolares e outros saberes que perpassam o trabalho agrícola e as relações sociais entre os sujeitos do campo. Este é um grande diferencial da educação do campo e um aspecto em que precisamos avançar bastante, ainda.

6 – Ivone Cella da Silva: Quais os grandes desafios e possibilidades para as escolas do campo hoje?

Ilma Ferreira Machado: O maior desafio das escolas do campo na atualidade é continuar existindo em meio ao quadro de soterramento dos direitos sociais e políticos que estamos vivenciando, depois que Michel Temer assumiu a presidência do país. Não é curioso que é uma das primeiras medidas de Temer, ainda na condição de 'interino', tenha sido extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário e, junto com ele, a SECADI, Secretaria que abarcava a área de educação do campo? Esse ato revela o viés político ideológico desse governo: atuar em favor de uma minoria detentora do grande capital (banqueiros, empresariado, latifundiários, etc), em detrimento da grande maioria: a classe trabalhadora. Sob o manto da austeridade, honestidade e eficiência esconde-se um projeto ultraconservador, tanto em termos da política econômica - cortes de gastos públicos e minimização do papel do Estado, quanto em termos da política social - mexe em direitos sociais e

trabalhistas (congelamento de salários e dos investimentos em educação e saúde, ampliação da idade para aposentaria, etc.). De acordo com informações extraoficiais o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2017, chegará ao Congresso Nacional com a redução de R\$ 430 milhões nas políticas públicas que atendem a reforma agrária, a agricultura familiar e as comunidades tradicionais. E, tudo isso impacta diretamente a educação do campo, que se sustenta na tríade campo-educação-políticas públicas, lembrando o que diz Caldart. Praticamente acompanhando esse quadro político nacional, temos observado, no âmbito dos estados e municípios, uma retração das políticas focadas nas diversidades. Considero significativo o fato de muitos municípios, quando da aprovação dos Planos Municipais de Educação, em 2014, terem dedicado um capítulo à educação do campo - para isso foi fundamental a mobilização dos educadores do campo e entidades apoiadoras. Contudo, muitos municípios não definiram uma política pública para essa área, que na maioria das vezes, é negligenciada, seja recebendo o 'mesmo tratamento' que a educação/escola da cidade, negando-se suas especificidades, seja, sendo condenada ao total esquecimento e invisibilidade. Os desafios estruturais (estradas, espaço físico, instabilidade e rotatividade do quadro de professores, e condições de trabalho), ainda, são grandes, em muitas escolas do campo. Outro grande desafio que está colocado para a educação do campo, é como traduzir para a prática cotidiana das comunidades e escolas rurais essa concepção de educação, ou seja, como organizar pedagogicamente a escola, de modo que os objetivos de formação do sujeito do campo sejam alcançados. Cabe daqui para a frente, as escolas do campo, apoiadas pelas suas comunidades, se organizarem internamente no sentido de estabelecer uma gestão administrativo-pedagógica que permita materializar as diretrizes e metas da educação do campo, proporcionando às crianças, jovens e idosos uma formação consistente, colada às necessidades e aspirações culturais e socioeconômicas desses sujeitos. É válido conhecer experiências de outras escolas do campo, há trabalhos maravilhosos sendo desenvolvidos, dialogar, promover encontros por núcleos e encontros regionais favorece a socialização de práticas e contribui para fortalecer as intencionalidades educativas. Não há avanços sem uma ampla mobilização coletiva. Por isso, faz-se necessária a participação dos educadores e demais sujeitos do campo em associações de classe e em mobilizações políticas locais e nacionais que visem a defesa dos direitos sociais e

do serviço público. Mais do que nunca somos chamados a resistir e lutar contra o estado de opressão que teima em se instalar em nosso país.

7 – Ivone Cella da Silva: Que ações a curto e médio prazo podem/devem ser assumidos pela UNEMAT (universidade) hoje no sentido de avançar nas Políticas Públicas voltadas para a educação do campo?

Ilma Ferreira Machado: Penso que a UNEMAT não pode perder o protagonismo no desenvolvimento de ações político-pedagógicas junto às comunidades rurais e camponesas. Há projetos de pesquisa e extensão que vêm sendo realizados e que são extremamente significativos para ajudar a pensar e mudar a realidade do campo, principalmente, aqueles assentados em uma concepção de pesquisa participante e de pesquisa-ação. Mas, ainda são poucas ações, muitas delas de caráter pontual e que são abraçadas por educadores/pesquisadores que se identificam com essa temática. Seria interessante que a Universidade estabelecesse o campo e a educação do campo como uma de suas linhas de ação, e promovesse ações de médio e longo prazo que pudessem ajudar a pressionar o poder público pela definição de políticas públicas para essa área. O conhecimento científico produzido na Universidade não possui uma função em si mesmo, ele precisa ‘ecoar’ na sociedade no sentido de cumprir sua finalidade social. Ao mesmo tempo, há um vasto saber sob domínio dos camponeses e pequenos agricultores, muitas vezes visto, equivocadamente, como saberes ‘menores’, que correm o risco de se perder se não houver esforços e uma ação política e científica conjugada, inclusive, no sentido de contraposição às investidas mercadológicas e privatistas, que buscam se apropriar desses saberes e lucrar com eles.

Cáceres, 19 de outubro de 2016.

Correspondência:

Ivone Cella da Silva. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), Curso de Pedagogia, Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: ivonecella@hotmail.com

Ilma Ferreira Machado. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso

Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Experiências em Educação do Campo: perspectivas e práticas pedagógicas
Sinop, v. 7, n. 3 (20. ed.), p. 1630-1640, ago./dez. 2016

(UNEMAT), Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), Curso de Pedagogia,
Cáceres, Mato Grosso, Brasil. E-mail: ilma.ferreiramachado@gmail.com

Recebido em: 19 de outubro de 2016.

Aprovado em: 04 de novembro de 2016.